

INDURSKY, Freda e FERREIRA, M. Cristina Leandro. *Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso*, Ed. Sagra Luzzatto, Porto Alegre, 1999, 325 p.

O livro *Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso*, coletânea organizada por Freda INDURSKY e M. Cristina LEANDRO FERREIRA, reúne, na diversidade, trabalhos indicativos do que compõe o múltiplo no território da Análise de Discurso. Ressaltam-se na obra uma fina apuração do político no campo do discurso, formulações teóricas sobre os temas da memória discursiva e do que é próprio da língua, assim como questões relativas ao método de trabalho com a *língua* no discurso, tanto de natureza teórica quanto no interior das práticas de linguagem.

A obra se organiza em três partes interrelacionadas, envolvendo, a primeira, vigorosos textos teóricos sobre o discurso político, onde a relação entre a memória e o esquecimento na prática discursiva política, o político e a política em sua forma (discursiva) de representação e o discurso sobre a língua como fundador de uma identidade coletiva na Rússia

configuram questões relativas ao poder e ao direito que os discursos têm de circularem na sociedade. Além deste, outro conjunto de textos dedica-se à teoria e à epistemologia da Análise do Discurso e ao próprio da língua nesse campo de conhecimento.

A segunda parte traz textos que mesclam teoria e análise, também em torno do discurso político: campanhas eleitorais, o discurso dos anarquistas, narrativas da imprensa sobre a Revolução de 30, o MST. Nesta parte, adquire um ponto forte nas discussões a questão da negação no discurso político.

A terceira trata de “enunciados discursivos” em práticas diversas, como o mito indígena, a designação dos camelôs, a moral nas fábulas, o sujeito nas letras de samba-enredo, enquetes sobre racismo, e o flagrante dos enunciados furtados do Ministro Ricúpero, além de *slogans* publicitários de campanhas políticas. O estudo da repetição de enunciados é um dos aspectos teóricos recorrentes neste conjunto.

No último bloco encontram-se trabalhos que, a partir de uma apurada compreensão da língua pelo discurso, dedicam-se à reflexão e à elaboração de metodologias de trabalho sobre o ensino e a aquisição de línguas estrangeiras.

No que segue, organizamos uma visão panorâmica dos textos reunidos em cada uma dessas quatro partes.

O estatuto da memória no campo do discurso político é estudado por J.-J. COURTINE, em seu já clássico “O Chapéu de Clémentis”, em que o autor introduz com uma força heurística inédita na Análise de Discurso a questão da relação entre a memória e o esquecimento no campo político, nos processos históricos de apagamento que deixam entretanto como vestígio a marca do desaparecimento. Do lado da prática discursiva, analisa traços da anatomia do discurso comunista, no funcionamento da repetição que lhe é própria. E qual seria essa especificidade? As retomadas (*repetições: citações, recitações, pré-construído*) no discurso comunista dirigido aos cristãos funciona produzindo uma anulação de certos elementos textuais na instância da enunciação – como a referência a um discurso primeiro (os textos teóricos do marxismo) – que apaga os vestígios do que o autor chama de um *desnívelamento interdiscursivo* entre os sujeitos do discurso que enunciam a cada vez, na circulação do discurso. Essa anulação produz no discurso o efeito de uma *memória saturada*, sendo que o modo de aparecimento dessa memória no texto é, contudo, o de uma *memória lacunar* ou *com falhas*. Uma camada espessa

de citações e de retornos se produz, com irregularidades entre o texto primeiro e o texto que cita, ao se trazerem as formulações “no imediatismo de uma retomada”, e desse modo os enunciados se transformam, se escondem, reaparecem, misturando memória e esquecimento. É o que produz o conhecido efeito de *língua de madeira*, *língua paralizada*, *língua de pano*, *língua de ferro*, etc. Efeito sobre o qual Courtine chama a atenção: “não se trata da língua, mas de discurso”. Sua produção diz respeito ao modo como um discurso político funciona, ao “que é enunciar, manter o fio de um discurso, mas também *repetir, lembrar, esquecer*, para um enunciator tomado nas contradições históricas do campo político”.

Pela exposição desses efeitos de memória, o autor chega à sua importante observação de uma modalidade especial de *repetição*: “*uma repetição vertical*, que não é aquela da série de formulações que formam enunciado, mas a que se repete a partir disso, um não-sabido, um não-reconhecido”, que funciona sob o modo do desconhecimento.

Enquanto a reflexão de Courtine sobre a memória esquadrinha o discurso comunista em sua produção e circulação anteriores ao seu exercício no poder, P. SÉRIOT debruça-se sobre a memória na relação com “esse mesmo” discurso, na Rússia (“Anamnésia da Língua Russa e a Busca de Identidade na Rússia”), depois de ter ocupado o poder por longo tempo.

Sua observação incide sobre a proliferação atual, naquele país, de discursos sobre a memória, em diferentes vertentes políticas, “como se a memória de uma nação inteira tivesse sido apagada”. Esses discursos entrelaçam a língua em uma espécie de “defesa da língua russa”. Nas variadas vertentes, predomina nisso a questão da identidade coletiva e cultural, do pertencimento, o estabelecimento e a dissolução de fronteiras discursivas. É que a descontinuidade discursiva na Rússia, fundada na concepção de que o antigo deve ser destruído, foi violenta a tal ponto que, depois da Revolução, esse tema da memória aparece com frequência, visando a dar sentido ao acontecimento revolucionário enquanto ruptura. Nesse sentido a “destruição dos nomes” (sobrenomes, nomes de lugares, de ruas e praças) foi um dos sintomas do trabalho de esquecimento proposto. À nova cultura pensava-se necessária uma “nova língua”, sem ligações com o passado, sem memória, de modo a tornar imprecisos os limites da identidade coletiva em uma sociedade não mais dividida em classes. Mesmo a utilização do esperanto foi então implementada nos anos 20, como prática de uma “língua de todos”. Essas inovações tendentes a escapar do passado estiveram presentes

também nas abreviações provenientes do estilo telegráfico de despachos militares e nas propostas de alteração do alfabeto. Tratou-se de um regime fundamentado na anamnésia, e o retorno do tema da memória a partir de sua queda pôs em cena “a flutuação da representação da relação entre o antes e o depois da revolução”.

Do lado prático, em vista do tipo de política e das reformas a serem feitas hoje, “patriotas” (conservadores stalinistas e ultranacionalistas *grands-russes*) e “democratas” (partidários das reformas) apresentam em comum a reivindicação de uma “verdadeira memória”. E por aí se atam ao discurso sobre a língua como fundador de uma identidade coletiva, de modo que perguntar “se a língua russa é a mesma que aquela anterior à Revolução” é, de certa maneira, “perguntar se há consubstancialidade entre o povo russo de antes e aquele de atualmente. Nisto a questão “nacional” adquire sentido no que tem de fundamental na representação de um povo: todo um contra-discurso passa a assegurar não ter havido ruptura em 1917 com base em uma “cultura da língua russa”, postulando que “a língua constitui o vínculo entre as gerações de um mesmo povo, que ela é garantia de identidade nacional, que não há nação sem língua comum...”. A língua passa a funcionar como a metáfora da unidade.

Ainda na direção de compreender a relação entre “Discurso e Representação do Político”, A. CORTEN propõe um deslocamento importante quanto ao significado da representação política, ao compreendê-la como uma prática discursiva com função de *criar a cena* em que as forças políticas se confrontam. E, ainda, ao expor o funcionamento responsável pela construção da figura do “príncipe possível”, referencial indispensável ao exercício do poder.

O autor enfatiza que a representação das forças políticas na cena construída se dá em um funcionamento discursivo que consiste da *história narrada*. Esta se faz produzindo o efeito de sentido do arranjo das forças políticas, e legitimando o poder. Os “historiógrafos do rei” são os *locutores autorizados* do discurso político. Ao serem construídos como originários, alguns enunciados definem os limites para os outros enunciados. Há uma *circulação discursiva*, na representação política, que é capaz de regular a competição entre as várias narrativas. No discurso político, conforme observa, o efeito de relato modifica o conjunto do sistema de articulação entre os enunciados e as posições dos enunciadores. A língua política confere sentido a uma nova cena de representação das forças políticas. Enquanto prática de persuasão, os discursos políticos

movimentam objetos discursivos tendo como referência a cena criada na representação, e situam-se entre a “vida política” e a *cena de representação* das forças políticas. Os discursos políticos são, assim, o resultado de uma circulação que se caracteriza pela concorrência entre as diversas versões narradas. E a representação política compreendida na circulação discursiva que cria a cena opera pela sustentação da ficção do “príncipe possível”.

E. ORLANDI, em “Conhecimento de Linguagem e Filosofias Espontâneas”, reflete sobre os efeitos, nos estudos da linguagem, produzidos pelo tradicional esquema epistemológico dualista que estaciona em uma oposição enganadora entre o formalismo e o logicismo—ardil no qual a Análise de Discurso não se deixa enredar, ao tomar para si o trabalho de compreensão não apenas da unidade/regularidade da língua, de um lado, postulada pelo logicismo, contraposta à variedade/exceção observada pelo sociologismo, de outro lado, mas o real da língua, o que é o próprio dela. A autora observa, na produção do conhecimento lingüístico, o jogo das alianças feitas pela Lingüística com as concepções logicista e sociologista de língua. Estas representam, no interior dessa teoria, a luta entre aqueles que se colocam “do lado da unidade, onde há uma ligação mais ou menos clara com a Lógica Moderna”, e aqueles que se colocam do outro lado, onde se manifesta a resistência de uma diversidade concreta.

Sua reflexão parte de considerações de Pêcheux e Gadet (*La Langue Introuvable*) que, “ao invés de pensar aí o (falso) debate entre empirismo e racionalismo”, propõem um debate sobre a questão “do real da língua e do real da história”, observando que “no equívoco que trabalha a relação entre a língua e as línguas, a questão da língua é uma questão do Estado e o poder do Estado (burguês) reveste uma forma, ao mesmo tempo, logicista de um sistema jurídico concentrado em um centro único e uma forma sociologista de uma absorção negociada da diversidade, funcionando sob a forma jurídica do Direito e a figura biológica da Vida” (p. 53).

Em uma compreensão discursiva, menos do que opor ou diluir as diferenças entre essas distintas tendências, cabe compreender, segundo a autora, o modo da sua presença na própria produção do conhecimento lingüístico. Desenvolvendo sua reflexão nesta direção, trabalha a observação de Benveniste sobre Saussure que, “pressentindo na língua propriedades que não se encontram em nenhum outro lugar”, pergunta-se em que ela é diferente?, ou onde está propriamente a língua, que não se reduz a fatores a ela associados, como o biológico, o psíquico, o individual,

o social, o histórico, etc. Retomando assim a questão fulcral que dá o específico da Lingüística – a língua como um objeto próprio – Orlandi observa que a Lingüística se prende a uma série de questões pré-lingüísticas (a origem da linguagem, suas determinações biológicas, lógicas, sócio-históricas, etc.), ao invés de cumprir seu destino de reconhecer e explorar o seu domínio específico, que é o próprio da língua. Esta dificuldade se liga a outra, que advém da permanência do equívoco desta oposição formalismo *versus* sociologismo sob o modo de *filosofias espontâneas*, “que encobrem [as] contradições dando aparência de cientificidade” aos efeitos da contradição, efeitos que reaparecem sob a forma dos *ismos*: formalismo, inatismo, sociologismo, culturalismo, etc. Essas tendências elidem da língua o político, uma por pretender se desenvolver na região das idéias puras, e a outra por pretender justamente trabalhar sobre esse político, pautada entretanto em concepções de sujeito e das relações sociais baseadas em uma “psicossociologia das relações interindividuais”.

Dividida ainda entre o gerativismo de Chomsky, com uma concepção de sintaxe sustentada na Lógica, e a Sociolingüística, apoiada na etnologia e na psicologia social (Bernstein, Hymes, Gumpers, Haugen, Fishman, etc.), a Lingüística tem em um espaço intermediário o trabalho de Bloomfield, a teoria da comunicação, o funcionalismo, o distribucionalismo de Harris, entre outros. Mas estes não constituem, observa a autora, como poderia parecer, uma terceira via que solucionasse a (falsa) contradição referida, sobretudo pela concepção de sujeito aí presente.

Outra via consistiria em um trabalho que não parasse nesta contradição assim posta. Seguindo o pensamento de Pêcheux, Orlandi compreende que essa via consiste em assumir o ponto de vista materialista sobre a língua, os fenômenos da linguagem e as práticas lingüísticas. Para isso, a noção de sujeito tem de distanciar-se da forma-sujeito de direito e da subjetividade moral-psicológica. Trabalhando a forma-sujeito da linguagem, é possível pensar a ordem humana como algo diferente de uma ordem estritamente biossocial, e “restituir algo do trabalho específico da letra, do símbolo, do traço” (57). Sem reduzir o simbólico e sem ser-se surdo ao significante, considerar o sujeito, pela linguagem, e a língua como espaço de regras capazes de um jogo que tem na ambigüidade um fato constitutivo “incontornável por qualquer sintaxe formal”.

Ainda na direção de compreender o próprio da língua, M. C. LEANDRO FERREIRA aborda “O Lugar da Sintaxe no Discurso”, explorando o conceito de sintaxe desde sua formulação nas teorias propriamente

sintáticas até o lugar que a ela é atribuído na Análise de Discurso. Destacando para a sintaxe um lugar central neste campo – onde chega mesmo a “confundir-se com a língua” – a autora identifica para ela “um papel mediador entre a forma e o sentido que mobiliza os diferentes planos da língua, do fonológico ao semântico, chegando até a intervir no domínio discursivo”. Enquanto na Teoria de Chomsky, o componente sintático constitui o nóculo principal da relação entre forma e sentido, a proposta de Marandin, apoiada em Milner, no domínio discursivo, pretende situar tal mediação nos outros planos, morfológico, lexical, sintático, semântico e discursivo, considerando que, nesse quadro, “a Sintaxe tem função decisiva na construção de um observatório dos discursos, permitindo uma análise e uma manipulação sintática dos enunciados”.

A partir dos conceitos de *dispositivo da língua* (que funciona na captação do que constitui o *real da língua* – considerando aí os “furos”); de *propriedade da língua* (que determina os valores definidores da especificidade lingüística), e de *observatório do discurso* (que tem uma dimensão espacial e funciona como um lugar privilegiado de observação dos fenômenos da linguagem), esse dispositivo, ao trabalhar com a sintaxe no campo do discurso, torna visíveis os processos de produção de sentidos, e tem de específico a possibilidade de considerar o *equivoco* como constitutivo da língua. Assim, o ponto de encontro da Língua com a História vai se dar no equivoco. Fato que, segundo a autora, “só poderá ser examinado enquanto fato estruturante da língua se nos colocarmos no lugar do observatório do discurso”.

Nos textos de natureza teórico-analítica reunidos na segunda parte do livro são postos em discussão diversos discursos políticos que se entrecruzam na vida política brasileira.

Em “Discursos de Aliança com Trabalhadores Brasileiros diante dos Processos Eleitorais (1914-1996)”, A. ZANDWAIS analisa discursos políticos dirigidos aos trabalhadores em campanhas eleitorais em dois momentos distintos: 1914 e 1996; o primeiro de militantes anarquistas e o segundo do PCO (Partido da Causa Operária). Investiga o entrelaçamento de domínios de saber próprios do discurso anarquista, relativos à negação do processo de sufrágio e ao modo de constituição das relações de antagonismo entre os setores políticos.

As análises de seqüências discursivas expõem mecanismos que produzem no texto os “recursos” que descaracterizam o exercício do voto, enquanto prática do Estado na qual o sujeito anarquista não se inscreve. A utilização de

siglas, atributos desqualificativos e a presença de advérbios produzem, no conjunto, um efeito de pejoratividade e de negação dos outros domínios de saber e da credibilidade dos sujeitos em outras posições.

O processo de indeterminação, que ocorre na ausência de nomeação dos interlocutores, permite à autora notar na indeterminação “um efeito de interdições sobre o dizer, reguladas por condições específicas”.

No texto do primeiro tempo, a negação do processo eleitoral sustenta-se nas relações de antagonismo estabelecidas entre os anarquistas e “os partidos que radicalmente defendiam interesses não-proletários, ficando bem demarcadas as correlações de forças entre a classes hegemônicas – seus representantes políticos – e os movimentos de esquerda no país” (p. 85). Já no texto do segundo tempo, essa mesma negação caracteriza-se pela “instauração de relações antagonicas entre representações partidárias” no interior mesmo de posições ditas de esquerda, e que têm seus domínios de saber e posições partidárias questionados em função de sua adesão aos interesses liberais. Deste modo, observa, em 1914 “o pré-construído de negação da representatividade política no regime republicano insurge como um dado cuja força, para o Sujeito anarquista, é fundamental e decisiva”, enquanto em 1996 este dado “não se sustenta senão através de um discurso de antagonismo produzido contra os próprios partidos de esquerda”.

O que está na base desse funcionamento, segundo Zandwais, é que em 1914 a negação da política partidária pelos anarquistas constituiu um meio de conscientização sobre uma incompatibilidade na relação entre democracia e representação partidária. Publicado na Revista *A Vida* enquanto um texto fundador, ele rememora práticas discursivas anarquistas do período inaugural do regime republicano. Diferentemente disso, em 1996, não se fecha o espaço para a ação interpartidária, na medida em que a congregação de militâncias entre alguns partidos é representada como a possibilidade de construção de um programa de ações independentes das derivadas das frentes de centro-esquerda. A autora lembra que se trata de um momento histórico em que os domínios de saber dos movimentos de esquerda tendem a ser absorvidos ou incorporados em discursos liberais que defendem interesses diferentes daqueles dos trabalhadores.

O discurso anarquista é também objeto de estudo de C. R. SHONS, que em “O Estado e a Propriedade: um Acontecimento no Movimento Anarquista”, analisando discursos de três representantes do Movimento no final do século XIX e início do XX, Bakunin, Malatesta e Stiner,

ressalta o papel que a *negação* adquire na formação discursiva anarquista, sobretudo quanto ao Estado e à propriedade da terra. O processo discursivo aí predominante constitui-se do mais elementar princípio da identidade oposta à heterogeneidade: “para garantir a sua especificidade, o sujeito anarquista coloca em cena o discurso do Outro”, ou seja, constitui-se no processo mesmo da negação radical do Outro (O Estado, a Autoridade, a Justiça).

“Sobre um Percorso de Análise do Discurso Jornalístico: A Revolução de 30”, de B. MARIANI, trata da leitura que a imprensa faz dos acontecimentos, e do modo como o discurso jornalístico produz sentido e memória. Observando que a imprensa realiza “leituras nada ingênuas do mundo”, e o ato de noticiar não é neutro nem desinteressado, a autora esquadrinha em suas análises o fato de que “a leitura do cotidiano produzida pelos jornais corresponde à exclusão de parte da rede de pequenos e grandes acontecimentos que compõem a história de uma formação social” (110).

São descritos nesse texto aspectos importantes da organização e funcionamento do discurso jornalístico, tal como o fato de que o relato dos acontecimentos resulta da produção de leituras singulares feitas pela imprensa (atuais e relacionadas com o que já se disse antes) e também de que esse relato implica a possibilidade de organizar, direcionar e “agendar a leitura do público”. Mesmo se não se repete a interpretação do jornal, se é “agendado a pensar em determinadas questões ou a pensar de determinado modo nos fatos colocados em evidência pelo jornal” (111).

O discurso jornalístico funciona, compreende Mariani, *desambiguizando* o mundo, construindo modelos de compreensão da realidade, regulando a interpretação, daí seu caráter ideológico: naturaliza e institucionaliza sentidos, apagando alguns processos históricos em detrimento de outros.

Outro ganho do texto de Mariani é uma descrição aguda dos mecanismos de adesão e de confronto dos jornais em face dos acontecimentos noticiados relativamente à Revolução de 30, durante e após o seu acontecimento. Entrecruzando aspectos como a construção pelo jornal de sua imagem perante o leitor, as posições discursivas dos jornais, a instauração da censura, a retomada de apagamento, expõe-se o modo de construção da narrativa que compõe a memória oficial. Compreende-se por que o discurso jornalístico é situado pela autora como uma das instituições responsáveis nas sociedades ocidentais, pela formação e difusão de modelos de verdade.

Em “A Negação no Discurso Político Eleitoral: Impossibilidade e Inaceitabilidade”, S. LAGAZZI-RODRIGUES estuda o funcionamento da *negação* no discurso político, tomando para análise o discurso dos candidatos da campanha eleitoral brasileira de 1994, enfatizando o aspecto da construção da credibilidade do candidato, elemento constitutivo da *representabilidade*.

As análises argutas dão uma clara idéia do que vêm a ser os movimentos de sentidos na língua: os diferentes modos de montagem da negação (absoluta, modalizada, condicionada), remetidos às relações intradiscursivas e interdiscursivas, produzem diferentes lugares discursivos, diferentes posições de sujeitos, diferentes fatos. Certas construções negativas como *ninguém pode, não é possível, não se pode*, presentes no discurso de Lula, apresentam um funcionamento discursivo afirmativo, ao atestarem recusas absolutas de fatos moralmente inaceitáveis, ao passo que outras como *não dá para, não pode, isso não pode*, em um jogo que constrói textualmente um *condicionamento*, acabam por atestar uma condição de possibilidade para os fatos. Neste sentido, afirma a autora, “nem a negação é uma construção lingüística *a priori*, nem a língua é um dado *a priori*”, mas significam por sua relação com outros fatos de linguagem, com a memória do dizer, com a história.

Igualmente significativa é a observação do caráter particular da negação diante de assuntos polêmicos para uma sociedade. No caso analisado, a atestação das recusas absolutas de fatos moralmente inaceitáveis configura também uma tomada de posição de defesa de práticas polêmicas não vigentes, ideologicamente distinta de se defender uma mudança consensualmente almejada. Funcionamento especial da negação este, que só pode ser flagrado por uma também especial atenção do analista com relação ao funcionamento da língua.

“Relações entre o Político e o Religioso no Discurso Político de L. I. Lula da Silva”, de E. A. CEZARIN, aborda o tema da heterogeneidade enunciativa e seus efeitos no campo do discurso político, a partir da ocorrência de elementos do discurso cristão em pronunciamentos políticos de Lula. O texto recorta o funcionamento dessa heterogeneidade interpretando essa ocorrência como uma forma de “silenciar”, diante dos interlocutores eleitores, os elementos socialistas que compõem a formação discursiva do candidato. Onde, por outro lado, atua a contradição no jogo tenso da relação com a alteridade. Nesse outro sentido, o silêncio trabalharia a contradição mais propriamente, lá onde “as diferentes vozes do sujeito entretecem em unísono”.

A heterogeneidade enunciativa, sob a forma de incisivas discursivas, é também tema do texto “Sexo Seguro/Voto Seguro: A Questão do Sentido”, de J. M. HANAUER, que analisa o efeito de sentido de ineditismo produzido em um texto publicitário de propaganda política, em que o discurso político se sustenta no discurso de prevenção à AIDS. Pares de efeito como “sexo sem risco/voto sem risco”, “parceiro fixo/partido fixo”, “sexo com prazer/política com paixão” proporcionam ao texto um modo inovado de tirar partido (político) da heterogeneidade discursiva.

“O Discurso do MST: um Acontecimento na Estrutura Agrária Brasileira”, de E. F. DORNELES, toma como objeto de reflexão a relação entre as noções de estrutura e acontecimento no discurso, materializando-as em análises de três enunciados que constituíram palavras de ordem do MST: *Ocupação é a única solução*, *Ocupar, resistir e produzir* e *Reforma Agrária, uma luta de todos*. Seu interesse é observar como esses enunciados, estruturas que têm, na língua, uma aparência estável, podem ser re-significados quando desestabilizados por interpretações feitas a partir de diversos lugares discursivos. Isso se dá, por exemplo, ao buscarem-se os complementos de *ocupação* e de *solução*, e na dissociação, por FDs antagônicas (MST *versus* fazendeiros) dos sentidos de *ocupação* e *invasão*, e a posterior dissolução dessas fronteiras na imprensa. A ordem da língua, observa, deixa lacunas para que a discursividade aí trabalhe e produza tanto novas materialidades lingüísticas como novos acontecimentos. Como aquele que o MST institui, ao criar novos objetos discursivos e realidades desencadeadoras de outros acontecimentos.

O discurso do MST é ainda objeto do estudo de F. INDURSKY, “De Ocupação a Invasão: Efeitos de Sentido no Discurso do/sobre o MST”, que trilha sentidos diversos relativos à reforma agrária, tanto aqueles em curso no presente quanto outros do pensamento brasileiro dos anos 50 e 60, em que a prática da reforma agrária era concebida como um processo social inserido em um movimento mais global de transformação da sociedade que visava à redistribuição da riqueza – antes de sofrer um reducionismo em 1964, quando foi redefinida como um instrumento de política agrária pelo Estatuto da Terra.

As análises de Indursky situam os sentidos das designações *assentamento*, própria do discurso governamental, *ocupação*, utilizada pelos sem-terra com o sentido de ação pacífica exercida sobre terras abandonadas, e *invasão*, utilizada pelos proprietários de terras, que discursiviza a violação da lei e faz soar o discurso jurídico sobre o direito de propriedade.

Na imprensa, a ocorrência de apenas uma nomeação (ou *ocupação* ou *invasão*) somente às vezes se mantém, quando os enunciadores se identificam com uma ou outra das posições discursivas que sustentam essas designações e seus sentidos. Quando as narrativas jornalísticas alternam as designações, um primeiro efeito, superficial, seria o de que veiculam mais de uma posição-sujeito, e a suposta neutralidade, presente na manutenção da polifonia, estaria assegurada. Contudo, análises mais atentas do quadro enunciativo inscrito no jornal mostram que essas designações alternadas não se encontram em relação de sinonímia nem de paráfrase, e “o resultado final é que as narrativas jornalísticas imprimem uma direção aos sentidos, privilegiando a posição-sujeito dos fazendeiros e seu efetivo sentido”, embora haja um certo lugar, em seus mecanismos enunciativos, para a polifonia.

A terceira parte da obra reúne textos em torno de “enunciados discursivos” diversos, em cujas análises são trabalhadas noções teóricas particulares, como *autoria*, *designação*, *repetição*, *estereótipo* e *enunciado*.

S. L. GALLO reflete sobre “Autoria no Mito Indígena”. Atenta, pela Análise de Discurso, às relações entre escrita e oralidade e ao efeito de autoria no texto, estuda como ele se processa no mito, de modo a produzir o efeitos de fechamento, de desambigüização, de um todo. Trabalhando a ordem discursiva presente na produção do mito, expõe o modo como o Discurso do Branco e da Escrita nele se introduzem, sobretudo através da constituição de uma posição de leitor pelo sujeito que apresenta o mito. Esta constituição se dá quando esse sujeito constitui o leitor como alguém que não conhece nem a língua indígena e nem o funcionamento do mito na sociedade indígena; alguém estrangeiro, portanto. É por onde se apresenta a alteridade do branco na corporeidade do mito, e é o que produz o efeito de fechamento do texto e de um sentido.

Assim a autora pôde concluir que “se há autoria no mito indígena, ela se dá na exata medida em que o outro dessa produção, incorporado pelo sujeito que fala, é o Discurso do Branco”. O sujeito Indígena “nos vê através da imagem que ele tem da imagem que nós temos do mito (...) e é dessa maneira que se produz o efeito de Autoria no mito indígena”.

M. ZOPPI-FONTANA, em “É o Nome que Faz a Fronteira”, mostra como o nome revela as fronteiras internas da cidade. A autora estuda como os agentes sociais “camelôs” e o *espaço* da cidade são nomeados, e conseqüentemente interpretados, em diversos discursos: da imprensa, da legislação de uso e ocupação do solo (SP) e do Sindicato dos Trabalhadores

da Economia Informal (Campinas, SP).

A comparação das designações presentes nesses discursos, considerando a categoria da estabilidade/instabilidade referencial (remetida a Guimarães) mostra, por um lado, uma dispersão de nomes (*minishopping, camelódromo, shopping popular, feira volante e camelôs, ambulantes, empresários informais, vendedores ambulantes, etc.*), que, na mídia, produz um efeito de “indefinição das relações de referência”, a qual apaga toda a especificidade da presença dos camelôs no espaço urbano, ao mesmo tempo que os expõe como um fato de difícil categorização. Por outro lado, na legislação sobre o uso do solo, como observa a autora, toda a categorização do *espaço* da cidade é feita com base nas instalações edificadas ou colocadas sobre o solo, e não em relação aos sujeitos que o habitam ou às suas práticas. Deste modo, a designação “solo” se mantém, e é a que serve de base para a construção das distinções jurídico-administrativas que regulamentam a inserção legal do sujeito no espaço público urbano. O processo dominante observado neste discurso legislativo é o de *objetificação* ou *reificação do espaço público e do cidadão*.

Por fim, no discurso do Sindicato há uma estabilidade na designação dos sujeitos como *ambulantes*, e a sua definição se dá em relação a outras categorias sindicais. Quanto à designação do espaço, há uma alternância entre as diversas nomeações *rua, espaço, lugar*. Elas focalizam, cada uma, aspectos específicos da relação do sujeito com o espaço urbano, a partir de suas práticas. A regularidade aí presente é que o sentido de *rua*, como no ato de *ir para a rua*, se impregna sempre de sentidos políticos, e *espaço* refere a um local ganho, um sítio que é ao mesmo tempo físico e simbólico, como emblema de um direito adquirido, espaço ganho. *Lugar*, por seu lado, refere locais indefinidos ou indeterminados, na referência à dimensão física da cidade.

Refletindo sobre o processo de referenciação como construção discursiva dos objetos discursivos, a autora reflete então sobre o modo como, ao se produzirem nos discursos efeitos de evidência para os objetos, apagam-se as diferentes posições de sujeito a partir das quais se interpreta o espaço público urbano, e se fornecem também elementos para a legitimação de diversas práticas de intervenção do poder público sobre esse espaço e sobre as práticas de sua ocupação, em intervenções como a fiscalização, a remoção, a interdição, o re-alocamento, entre outros.

Em vários dos estudos que seguem o estudo da repetição toma lugar:

em “A Moral e a Ordem do Repetível”, de M. R. GRANTHAM, “A Inscrição da Subjetividade em Estruturas Frasais do Tipo *É hora de + (...)*”, de E. M. NITSCHKE ORTIZ e “Nem Lá, Nem Aqui: o Percurso de um Enunciado”, de S. MITTMANN. O primeiro se detém sobre o funcionamento da paráfrase, em sua relação com a polissemia, em enunciados que constituem a moral no discurso fabular. Tomando a fábula *O lobo e o cordeiro* tal como apresentada em cinco diferentes versões, de Esopo, Fedro, La Fontaine, Monteiro Lobato e Millôr Fernandes, a autora observa o modo como se dá a repetição do mesmo, na moral, nos três primeiros, e como o diferente se instaura no humor e na ironia, nos dois últimos.

O segundo desses textos trata da repetição – estereótipo, clichês ou *prêt-à-parler* – de frases com a estrutura *é hora de + sintagma nominal ou verbal* em letras de samba-enredo cariocas. No contexto da prática discursiva carnavalesca, para além de uma datação temporal, a frase funciona como ato ilocutório injuntivo em construções imperativas, estabelecendo um corte entre o cotidiano e o tempo do carnaval. Materializa-se assim uma contradição que é observada também nos rituais carnavalescos em geral, como aqueles estudados por Bakhtin, contradição que “põe em evidência seu caráter ambivalente, que quer ver o avesso das coisas, como que interrompendo a vida ordinária, seu riso ‘alegre e cheio de alvoroço, mas ao mesmo tempo burlador e sarcástico”.

No terceiro texto desse conjunto sobre a repetição, a autora destaca, no retorno de um enunciado, a já clássica relação entre paráfrase e polissemia (Orlandi), e a relação entre enunciados “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória (Pêcheux). Trata-se, desta vez, de seis diferentes *slogans* de propaganda política, produzidos em diversas campanhas eleitorais, baseados em um divertido jogo de frases em torno da expressão “nem lá, nem aqui” – desencadeadas pelo slogan “Lula lá, Olívio aqui”, do Partido dos Trabalhadores (Rio Grande do Sul, eleições de 1994). Quando reaparece, dito por sujeitos em posições discursivas oponentes, o enunciado não pode ser considerado uma simples repetição.

Ainda entretém uma relação com a repetição discursiva através do estereótipo o estudo de questionários de pesquisas de opinião e sua aplicação apresentado por P. de SOUZA, “As Enquetes como Discurso: um Caso de Acesso às Palavras do Racismo”, em que o autor expõe o funcionamento da enquete como tendo o valor de um prolongamento de outros atos de discurso, cuja memória de significação é retomada sob a

forma de estereótipo na aplicação do questionário. O sujeito, ao ser interpelado, já tem assinalado o seu lugar para responder, pré-construído no campo discursivo de referência – o racismo – demarcado não só pela restrição posta pela rarefação semântica materializada nas alternativas, mas ainda pelas afirmações trazidas na formulação da pergunta, ajustadas aos efeitos que devem produzir sobre o sujeito da resposta.

O dispositivo do estereótipo, no questionário, representa um processo discursivo de identificação do negro que “faz circular discursos cuja força reside na sedimentação de sentidos tão explicitamente conhecidos quanto obcecadamente repetidos”. Reunidos nas perguntas, formariam esses estereótipos um conjunto de enunciados do tipo “negro é, em princípio, subnutrido, burro, profissionalmente incapaz e fracassado”. Assim posta, a estereotipia tem sua produtividade no fato de que interdita a pluralidade das identidades com seus parâmetros heteróclitos de valores.

“O Enunciado: Pontos de Deriva Possíveis”, de R. B. LIMA, descreve discursivamente o acontecimento da inesperada captação por antenas parabólicas, de uma conversa pessoal do Ministro da Fazenda, R. Ricúpero, com um jornalista, nos bastidores de um estúdio de televisão, fato a que se seguiu a sua demissão em virtude das declarações então proferidas, com a agitação discursiva produzida nas interpretações que retomaram o fato. Nestas, uma incidência de enunciados fez ressoar, da declaração pivô (*eu não tenho escrúpulo: o que é bom a gente fatura; o que é ruim, esconde*), um ponto opaco, sobre quem constituiria de fato o sujeito *eu* do enunciado: o sujeito de um dizer universal, um sujeito jurídico responsável pelo que disse, um sujeito religioso dotado de imperfeição e merecedor de perdão... O fato crucial, entretanto, aponta a autora, incide em que se trata de um sujeito em um enunciado inscrito em uma formação discursiva e ideológica específica, expressa e reconhecida. Daí a necessidade de sua retirada da cena político-administrativa nacional.

A quarta e última parte do livro compõe-se de ensaios sobre o ensino e aquisição de uma língua estrangeira, considerando categorias da análise do discurso.

S. SERRANI-INFANTE, em “Discurso e Aquisição de Segundas Línguas: Proposta AREDA de Abordagem”, discute o deslocamento da compreensão do processo de aquisição ou ensino-aprendizagem de segunda língua que ela procura efetuar, a partir de categorias teórico-metodológicas da Análise de Discurso e de uma teoria psicanalítica da subjetividade. Apresenta a sua proposta AREDA (Análise de Ressonâncias

Discursivas em Depoimentos Abertos) de estudo e trabalho com o ensino de língua estrangeira, com o objetivo de contribuir para a compreensão do processo de aquisição de segundas línguas.

A autora retoma conceitos das principais abordagens da produção em segunda língua no escopo dos estudos de bilingüismo para, a partir deles, situar conceitos fundamentais do campo teórico em que trabalha, como a dimensão não cognitiva da relação do sujeito com segundas línguas, a relação com o interdiscurso e a alteridade discursiva presentes nas línguas, representadas pelas formações discursivas, os processos de identificação, o desarranjo subjetivo e o re-arranjo significativo na segunda língua, as ressonâncias interdiscursivas novas que advêm com a/ na aquisição da língua estrangeira.

Trabalhadas essas conceituações, o texto expõe detalhadamente a proposta AREDA, que “consiste em estudar o funcionamento discursivo do encontro com outras línguas e suas discursividades como componentes fundamentais no estudo da singularidade” do sujeito no processo em questão.

M. T. CELADA, em “Um Equívoco Histórico”, reflete sobre a singularidade do encontro das duas línguas que estão em jogo no aprendizado de espanhol por parte de brasileiros e vice-versa, em função da proximidade entre ambas, pela impressão que esse fato produz de não haver entre elas discrepâncias lingüísticas importantes. Isso ao lado do excesso de confiança daí decorrente no funcionamento da transparência da outra cultura.

A partir de um relato envolvente de uma situação por que passa um hispano-falante que aprende o português no Brasil, que utiliza a palavra “empregado” no lugar de “funcionário”, a autora introduz na discussão sobre o ensino de segunda língua, com sensível acuidade, importantes aspectos discursivos implicados na situação. Esses aspectos, desenvolvidos no ensaio de um modo nada esquemático, consistem, entre outros, da importância de se considerar que o funcionamento da língua apóia-se no interdiscurso, produzindo sentidos (efeitos de sentido) e não significados (referenciais); a especificidade do funcionamento da ilusão de transparência entre linguagem-pensamento-mundo nesta específica situação de proximidade entre as línguas – em que a interrupção da ilusão de transparência não se processa como na relação com outras línguas – fato que exige um trabalho metodológico especial; e o valor do reconhecimento e o direito à alteridade lingüística e cultural, mesmo do aprendiz. O equívoco na aprendizagem da segunda língua, considerado não apenas como mal-entendido, nessa situação, tal como no relato da autora,

materializa bem “o ponto em que a língua toca na história, pois nesse ponto o impossível (lingüístico) chega a unir-se à contradição (histórica)”.

O conjunto de textos reunidos neste livro, como se pode ver, trata de questões teóricas e de análise fundamentais para o campo de conhecimento da análise de discurso. Razão pela qual enfatizamos a importância de nos determos com vagar na sua *leitura*, gesto no qual se produzem, no encontro de elaborações conceituais refinadas com análises agudas de questões pertinentes do nosso viver entre/como sujeitos em sociedade, os efeitos intensivos dessa prática simbólica fundamental.

M. Onice Payer
Laboratório de Estudos Urbanos - Unicamp